

Circular n.º 70 – 2019/2020

4 de junho de 2020

Caros alunos,

Estamos uma vez mais a terminar um ano letivo com a aproximação da realização de Provas para alguns de vós.

De acordo com o estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 14-G/2020 de 13 de abril, **foram canceladas as Provas Finais do Ensino Básico**, no final do 9.º ano de escolaridade. Assim, para efeitos de avaliação e conclusão do 9.º ano, apenas é considerada a avaliação interna de cada disciplina.

Os alunos que obtenham aprovação como consequência da avaliação interna das disciplinas, no 9.º ano, não necessitam de realizar qualquer Prova de Equivalência à Frequência (PEF).

No caso dos alunos, em consequência da avaliação interna se encontrarem em situação de “**Não Aprovado**”, poderão realizar as **Provas de Equivalência à Frequência**, nas disciplinas em que têm nível inferior a 3, mediante inscrição nos dias 2 e 3 de julho.

As **PEF do 2.º ciclo** realizam-se na Escola D. Martinho Castelo Branco em duas fases, sendo a primeira fase, obrigatória, entre os dias 6 e 30 de julho, de acordo com o Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, e destinam-se aos alunos externos à escola e aos alunos internos que não se encontrem em condições de aprovação, ou que fiquem retidos por faltas, e que completem 16 anos até 31 de agosto do presente ano escolar.

As **PEF do 3.º ciclo** realizam-se na Escola D. Martinho Castelo Branco em duas fases, estando a primeira compreendida entre os dias 6 e 30 de julho, de acordo com o Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, sendo:

- a) A 1.ª fase de carácter obrigatório para todos os alunos que não reúnam condições de aprovação na avaliação sumativa interna do 3.º período, incluindo os alunos retidos por faltas;
- b) A 2.ª fase destinada aos alunos que realizaram as provas de equivalência à frequência na 1.ª fase e que não obtiveram aprovação.

Neste ano letivo foram introduzidas as PEF nas disciplinas de Português (91), de PLNM - nível A2 (93), de PLNM – nível B1 (94), de Português Língua Segunda (95) e de Matemática (92), conforme estipulado pelo Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril.

Os alunos internos do 9.º ano de escolaridade encontram-se em situação de “Não Aprovado” se estiverem numa das seguintes condições: (De acordo com o Ponto 6 da Portaria n.º 223-A/2018)

- a) Classificação inferior a nível 3, nas disciplinas de Português ou PLNM e de Matemática;
- b) Classificação inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas.

Os **alunos autopropostos** deverão realizar as PEF na 1.ª fase em todas as disciplinas, incluindo Matemática e Português, com a componente do oral obrigatória nesta última.

São considerados alunos autopropostos os alunos que tenham ficado retidos por faltas (Decreto-Lei n.º 51/2012).

Os alunos que não tenham obtido aprovação na 1.ª fase, são considerados autopropostos e poderão realizar na 2.ª fase as PEF que lhes permita a conclusão do ciclo. Esta fase decorrerá de 1 a 11 de setembro.

QUADRO 1 – ADMISSÃO ÀS PROVAS DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA DO 3.º CICLO

	Provas de Equivalência à Frequência	
	1.ª Fase	2.ª Fase
Alunos que não obtiveram aprovação na avaliação interna no final do 3.º período	Sim, nas disciplinas que permitem a aprovação, incluindo Português e /ou Matemática	Sim, se não reunirem condições de aprovação na 1.ª fase
Alunos autopropostos externos à escola, incluindo os do ensino individual ou do doméstico	Sim, em todas as disciplinas, incluindo Português e Matemática (*)	
Alunos autopropostos que anularam a matrícula até ao 5.º dia útil do 3.º período	Sim, em todas as disciplinas, incluindo Português e Matemática	
Alunos autopropostos que não obtiveram aprovação após a realização da 1.ª fase	Não aplicável	
Alunos retidos por faltas	Sim, em todas as disciplinas, incluindo Português e Matemática	Não aplicável
Alunos PCA, CEF nível 2, PIEF, Recorrente, EFA, RVCC e Vocacional que pretendam prosseguir estudos nos cursos científico-humanísticos do ensino geral	Não aplicável	

REALIZAÇÃO DAS PROVAS DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA - INFORMAÇÕES

- Devido à situação epidemiológica em Portugal causada pelo COVID-19 **é obrigatório o uso de máscara durante o tempo de permanência nos estabelecimentos de ensino, incluindo nos espaços onde se realizam os exames.** O aluno apenas deve retirar a máscara se tal lhe for solicitado pelo professor vigilante e apenas para efeito de identificação. Devem ainda proceder à desinfeção das mãos através da aplicação de solução antisséptica de base alcoólica à entrada das salas onde realizam as provas e exames.

- De acordo com as Normas, **não existe tolerância para a entrada dos alunos nas PEF.** Assim os alunos deverão comparecer nas salas onde se realizam as Provas, 30 minutos antes da hora marcada para esta.

**Após o toque de início da Prova nenhum aluno poderá entrar na sala,
e como tal não poderá realizar a mesma.**

- O **calendário das PEF** encontra-se afixado no átrio da Escola D. Martinho Castelo Branco e na escola sede do Agrupamento, Escola Secundária Poeta António Aleixo. Poderá ainda ser consultado na página do Agrupamento.

- As **Informações-Prova** estão afixadas no átrio da Escola D. Martinho Castelo Branco, e divulgadas na página do Agrupamento. Nelas encontram-se informações relevantes, tais como os materiais permitidos utilizar.

- Os alunos apenas podem utilizar o seu **material**, sendo inteiramente **proibido o uso, ou posse, ainda que desligado, de telemóvel, relógio com comunicação wireless ou de outros gadgets**. De acordo com o ponto 6.9 da Norma 2, reforça-se a necessidade não serem portadores dos referidos aparelhos eletrónicos, no dia de realização das provas e exames, tendo em conta a possibilidade de, inadvertidamente, se esquecerem destes equipamentos na sua posse durante a realização das provas e exames, o que, **obrigatoriamente, implicará a anulação do exame**.

- Nas **PEF constituídas por duas componentes** (escrita, oral ou prática), é obrigatória a realização de ambas as componentes, na mesma fase e a classificação da disciplina corresponde à média aritmética simples das classificações das duas componentes, expressas na escala de 0 a 100.

- A **falta dos alunos à 1.ª fase das PEF**, por motivos graves, de saúde ou outros que lhes não sejam imputáveis pode, excecionalmente, ser justificada e aceite, permitindo a estes realizar na 2.ª fase, as Provas a que faltaram, desde que autorizados pelo diretor da escola. A falta injustificada a uma Prova da 1.ª fase impede o aluno de realizar essa prova na 2.ª fase.

A presente informação não dispensa a leitura atenta da Norma 02/JNE/2020, incluindo em particular os números 4, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19 e 20 bem como o Capítulo III – Reapreciação e reclamação das Provas e Exames (Modelos JNE a utilizar para o efeito disponíveis em <http://www.dge.mec.pt/modelos>), a qual se encontra acessível para consulta em placard junto dos Serviços de Administração Escolar e na página da internet do Agrupamento.

Em nome do Agrupamento, desejo os maiores sucessos a todos.

O Diretor

Luís Manuel da Silva Correia